



DO MANUSCRITO AO LIVRO IMPRESSO I

António Manuel Lopes Andrade

Maria Cristina Carrington (Coords.)

Aveiro | Coimbra | 2019

UA Editora – Universidade de Aveiro

Imprensa da Universidade de Coimbra

**ORALIDADE, ESCRITA E LIVRO
NO MUNDO ANTIGO**

**ORALITY, WRITING AND BOOKS
IN THE ANCIENT WORLD**

*Alexandra Santos*¹

Resumo: A Humanidade sempre quis preservar o seu legado social e cultural, e através da escrita foi possível materializá-lo. Desde os tempos da Antiga Mesopotâmia ao Império Romano, passando por sociedades amplamente orais, como foi o caso da grega, a introdução do alfabeto transformou as sociedades e as culturas da Antiguidade; o livro surgiu como possibilidade perene desse legado, desde os rolos de papiro ao formato de *codex*. Apesar de o homem grego estar imerso nessa cultura predominantemente oral, foi aos poucos dando espaço à introdução da palavra escrita. Na Grécia do século V a.C., o livro começa a assumir uma gradual importância, e mais tarde, no século I, os poetas romanos reconhecem igualmente a relevância do material escrito. A difusão de livrarias e de

¹ Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra: alexasantos54@hotmail.com

editores permitiu um comércio mais profícuo de livros. Não obstante a falta de proteção quanto aos direitos de autor, existem nas próprias composições poéticas testemunhos das razões pelas quais os autores querem ver as suas obras publicadas, seja como uma forma de atingirem a imortalidade ou a possibilidade de uma circulação mais ampla dos seus trabalhos, apesar do perecível e frágil suporte onde são registados.

Palavras-chave: Antiga Mesopotâmia; Grécia; Roma; Oralidade; Escrita; História do Livro

Abstract: Mankind always wanted to preserve its social and cultural legacies. Through writing that was possible. Since Ancient Mesopotamian times until the Roman Empire, without forgetting oral societies, such as the Greek world, the introduction of the alphabet changed ancient societies – the book became a perennial possibility of that legacy, from papyri scrolls to the *codex*. Although Greeks were immersed in that predominant oral culture, step by step the writing word was introduced. In the V century B.C., books began to assume gradual importance in Greece, and later on, in the first century, Roman poetry recognized the relevance of writing materials. The spreading of bookshops and publishers allowed book trade to develop. Despite the absence of an author's rights protection, in the very poetical compositions we can find testimonies of the reasons that lead authors to publish: whether to attain immortality or to seek a more rapid circulation of their works. Still, we cannot forget that the material where those works were kept was a perishable and a fragile one.

Keywords: Ancient Mesopotamia; Greece; Rome; Orality; Writing; Book History

Introdução

Desde tempos imemoriais a Humanidade quis preservar através da memória e da produção cultural o seu legado. A escrita tornou-se a forma de materializar esse desejo, tanto em tabuinhas de argila, em papiro e pergaminho, como naquilo a que designamos por “livro”. Não há dúvida quanto à importância deste último, pois como refere José Luis Borges “de todos os instrumentos do homem, o mais surpreendente é, sem dúvida nenhuma, o livro”².

A história do livro desenrola-se por mais de cinco mil anos, variando ao longo desse tempo o material de suporte em que eram registadas as informações. O livro sobrevive – ao longo da história passou de uma forma material a outra, propagando-se a quase todas as culturas e tempos: registou, informou, entreteve, provocou, inspirou e indignou³. Não é fácil traçar a história da origem do livro de forma concreta, já que essa história se torna extremamente complexa, na medida em que se entrecruza desde os terrenos do Paquistão à Rota da Seda na China ou por caminhos de África⁴. O certo é que o surgimento da escrita supôs uma transformação completa na memória coletiva de uma dezena de civilizações fundadoras. De todas as atividades que distinguem a cultura, a escrita é uma das mais importantes, porque é uma ferramenta excepcional de organização social e de reafirmação, confirmada pela própria raiz etimológica indo-europeia *skibh-*, ou seja, a escrita faz um “corte, separação, distinção”⁵.

² José Luis BORGES, “O livro”, in *Borges, Oral & Sete Noites*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 11.

³ Cf. Simon ELIOT, Jonathan ROSE, *A companion to the history of the book*. Oxford, Blackwell Publishing, 2007, p. 5.

⁴ Por exemplo, em África ainda se considera que o livro foi inventado no reino de Mali, quando um rei, ao querer proteger os homens das maledicências dos deuses e para os envergonhar, começou a registar os ditos divinos no *Livro da Verdade*. Vd. Fernando BÁEZ, *Los primeros libros de la humanidad: el mundo antes de la imprenta y el libro electrónico*. Madrid, Fórcola, 2013, pp. 21-22.

⁵ F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 25.

A escrita e os livros na Antiga Mesopotâmia e Egito: os antecedentes

O livro, na primeira fase da sua existência, começou como algo de sagrado, inserido nos templos, onde o povo sumério pedia clemência aos deuses. Ao mesmo tempo, serviu para registrar os gastos e as receitas resultantes da formação das cidades e dos grandes impérios. O conhecimento que se possui dessas civilizações deve-se à necessidade de registro da memória coletiva de um povo. Ao mesmo tempo que o livro se tornou um instrumento capaz de proteger essa memória, transformou-se num arquivo da vida e da humanidade, “o genoma de uma cultura, um sonho individual ou solitário e um perigo para os tiranos”, como refere Báez (2003: 26).

Vários estudos situam a origem da escrita no povo sumério; no entanto, esta civilização considera terem existido livros anteriores à sua cultura⁶. De entre os poucos textos que sobreviveram até aos dias de hoje, um dos mais famosos é a *Epopéia de Gilgamesh*, que os sumérios elaboraram a partir das lendas dessa personagem e que se tornou parte do legado cultural de algumas civilizações. Reza a lenda que esta obra foi criada porque o seu *apkallu* (“sábio”) pretendia desafiar o esquecimento e a morte: “Volto de uma longa viagem, fatigado, mas sereno, gravo numa estela de pedra todos os meus esforços”⁷.

Eleonor Robson⁸ refere que só se poderá falar de livro no sentido em que hoje o entendemos quando a tabuinha de argila (material

⁶ Acerca da origem e de algumas lendas sobre a escrita suméria vd. F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., pp. 38-42.

⁷ Tabuinha I, 7-8. Apesar de algumas incertezas quanto à leitura deste texto escrito em cuneiforme, há quem considere que na abertura desta epopeia é feito um elogio à escrita em associação com a poesia. Tradução da autora para português a partir da versão espanhola de F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 72.

⁸ Cf. Eleanor ROBSON, “The clay tablet book in Sumer, Assyria and Babylonia”, in Simon ELIOT, Jonathan ROSE, *A companion to the history of the book*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2007, 67-83, apud F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 78.

utilizado pelos sumérios) passou a funcionar como suporte de conhecimento transmitido de geração em geração, copiado em linguagem suméria ou assíria, assim como de registo de representações coletivas míticas de interesse geral.

Mas não foi apenas este povo a registar por escrito os feitos históricos ou assuntos do mundo quotidiano, como assentamentos administrativos. Os egípcios surgem igualmente como um povo para o qual o registo escrito se tornou importante: as amostras arqueológicas mais antigas encontradas datam do ano 3250 a.C. na necrópole Uj de Umn el-Ka'ab em Abido, onde figuram inscrições em vários materiais de suporte, como vasos ou ossos, em escrita hieroglífica. O documento mais antigo em papiro data do ano 2500 a.C., e nele se encontra uma tabela de contas do templo de El-Gebelein, situado perto de Luxor.

Tal como os sumérios⁹, também os egípcios tinham os seus mitos em relação à criação da escrita, e atribuem a sua invenção ao deus Thoth, deus da escrita, mestre dos livros, protetor do conhecimento e patrono dos escribas. Sócrates, no *Fedro* de Platão, conta uma história sobre a origem da escrita: numa conversa entre os deuses Thoth e Ámon, o primeiro refere que a escrita, que inventou, será uma mais-valia para os egípcios, enquanto Ámon vê que este legado se traduzirá como algo negativo para os homens:

Pois bem, ouvi contar que na região de Náucratis, houve um velho deus deste país, deus a quem é consagrada a ave a que chamam íbis, e a quem chamavam Thoth. Dizem que foi ele quem inventou os números e o cálculo, a geometria e a astronomia, bem como o jogo das damas e dos dados e, finalmente, fica sabendo, os caracteres gráficos (escrita). Nesse tempo, todo o Egipto era

⁹ Importa referir que, segundo os mitos sumérios, os homens tinham sido criados do mesmo material que os livros.

governado por Tamuz, que residia no sul do país, numa grande cidade que os gregos designavam por Tebas do Egito, onde aquele deus era conhecido pelo nome de Ámon. Thoth encontrou-se com o monarca, a quem mostrou as suas artes, dizendo que era necessário dá-las a conhecer a todos os egípcios. Mas o monarca quis saber a utilidade de cada uma das artes e, enquanto o inventor as explicava, o monarca elogiava ou censurava, consoante as artes lhe pareciam boas ou más. Foram muitas, diz a lenda, as considerações que sobre cada arte Tamuz fez a Thoth, quer condenando, quer elogiando, e seria prolixo enumerar todas aquelas considerações. Mas, quando chegou a vez da invenção da escrita, exclamou Thoth: “Eis, oh Rei, uma arte que tornará os egípcios mais sábios e os ajudará a fortalecer a memória, pois com a escrita descobri o remédio para a memória”. – “Oh, Thoth, mestre incomparável, uma coisa é inventar uma arte, outra é julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros! Tu, neste momento e como inventor da escrita, esperas dela, e com entusiasmo, todo o contrário do que ela pode vir a fazer! Ela tornará os homens mais esquecidos, pois, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras, e só se lembrarão de um assunto por força de motivos exteriores, por meio de sinais, e não dos assuntos em si mesmos. Por isso, não inventaste um remédio para a memória, mas sim para a rememoração. Quanto à transmissão do ensino, transmites aos teus alunos não a sabedoria em si mesma mas apenas uma aparência de sabedoria, pois passarão a receber uma grande soma de informações sem a respetiva educação! Hão-de parecer homens de saber, embora não passem de ignorantes em muitas das matérias e tornar-se-ão, por consequência, sábios imaginários, em vez de sábios verdadeiros”¹⁰.

¹⁰ Platão, *Fedro*, 274c-275b (tradução do grego e notas de Pinharanda Gomes, 2000, pp. 121-122).

Apesar da opinião negativa de Ámon face à escrita, não há dúvida de que esta foi um grande legado para a Humanidade. A par desta invenção, o papiro como suporte de registo alcançou uma enorme importância na Antiguidade. O papiro, cuja etimologia se prende à ideia de “propriedade/pertence do rei”, foi inventado no Egito no terceiro milénio a.C., e é considerado um dos materiais por excelência do mundo antigo, tendo surgido quase em simultâneo com as tabuinhas de argila que se utilizavam a umas centenas de quilómetros dali¹¹. Este suporte de registo foi utilizado não só pelos egípcios mas também por outros povos, como os persas, os sírios, os gregos e os romanos. Desde o *Livro dos Mortos*, às obras de Homero e Aristóteles, como às obras escritas na Roma Antiga, este material permitiu registar e divulgar a cultura de cada povo.

O papiro (e consequentemente o “livro”) era bastante importante para os antigos egípcios. Testemunho dessa condição são as próprias anotações que se encontram em alguns deles: “Ama os livros como a tua mãe”, “Os livros são o poder do deus-sol através do qual vive Osíris”¹². Digno de nota é um extraordinário elogio feito por volta do ano 1300 a.C.:

O papiro é melhor que a pedra entalhada.
Um homem morreu: o seu corpo converte-se em pó,
E os seus familiares extinguem-se.
Um livro é o que faz que seja recordado
Na boca de quem o quer ler¹³.

¹¹ Os acádios utilizavam tabuinhas cobertas de cera, as mesmas que os romanos mais tarde viriam a utilizar.

¹² Papiro Salt 825, 5-6. Tradução da autora para português a partir da versão espanhola de F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 98.

¹³ Tradução da autora para português a partir da versão espanhola de F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., pp. 98-99.

Para exemplificar a importância dos registos escritos na época egípcia, Diodoro Sículo¹⁴ refere que Ramsés II mandou reunir rolos de papiro e construiu uma biblioteca onde estavam escritas as palavras “Lugar da cura da alma”. Coincidência ou não, nesse lugar estavam também reunidos os documentos que abarcavam fórmulas para curar as doenças. Mais tarde, o papiro transformou-se igualmente no responsável pela transmissão e preservação do pensamento grego, encorajando não só a produção de novos trabalhos literários, como também criando a possibilidade de essas mesmas composições serem mais extensas, graças ao suporte físico em que eram registadas, não dependendo a sua transmissão apenas da memorização, própria da transmissão da cultura oral.

A oralidade e a escrita no mundo greco-romano

Segundo a tradição, foi na época grega que se processou a transição da cultura oral para a cultura escrita. A criação de um alfabeto grego baseado no alfabeto fenício, acrescido da invenção pelos gregos de caracteres que representavam as inexistentes vogais no alfabeto fenício, em meados do século VIII a.C., permitiu o desenvolvimento da escrita. Assim, a introdução da escrita nos diversos territórios colonizados fez com que as sociedades mediterrâneas entrassem numa nova fase da sua história, caracterizada pela convivência da comunicação oral e da comunicação escrita.

A questão da transição da cultura oral para uma cultura escrita não deve ser feita de forma taxativa, pois não se poderá considerar que a cultura grega precedente tenha sido exclusivamente oral, porque antes da criação do alfabeto já existiam registos. O facto é que uma cultura plenamente oral só pode ser considerada como

¹⁴ *Biblioteca Histórica* I, 49, 3.

tal quando esta desconhece o registo escrito, tanto no seu próprio interior como no seu redor imediato, ou seja, no caso da Grécia, num contexto máximo de isolamento após o fim do mundo micénico. Pelo contrário, uma cultura plenamente escrita (sendo um fenómeno recente na história) traduz-se numa sociedade em que, apesar de a comunicação oral continuar a ocupar um lugar de relevo, a maioria dos seus membros está alfabetizada, desempenhando a escrita um papel crucial na transmissão cultural, política e económica. Na verdade, nenhuma sociedade antiga pode ser considerada possuidora de uma cultura plenamente escrita. A falta de fontes não nos permite saber ao certo qual o grau de alfabetização na época grega¹⁵, existindo duas vertentes opinativas neste campo: uma considera que havia um elevado grau de alfabetização em Atenas, outra considera que apenas um ínfimo número de pessoas sabia ler e escrever em qualquer uma das cidades antigas¹⁶.

Pode afirmar-se que a escrita no mundo antigo e na sua periferia foi, em geral, um conhecimento que estava limitado aos membros das classes superiores e a profissionais de certas atividades técnicas; a adoção da escrita foi produto, na sua maioria, de incentivos práticos e económicos, de certa forma privados, já que incluía, sobretudo, em primeira instância, a elaboração de contabilidade, notas pessoais, breves mensagens, instruções de variados tipos, registos, atas, e, no geral, anotações de operações económicas com a finalidade de conservar memória dos seus detalhes num tempo limitado¹⁷.

Não há dúvida de que a escrita veio oferecer possibilidades que não existiam num universo inteiramente oral. A escrita proporcio-

¹⁵ Para o alfabetismo em Atenas cf. T. J. MORGAN, "Literate education in classical Athens": *CQ* 49, 1 (1999), pp. 46-61.

¹⁶ Cf. Javier DE HOZ, "La escritura en Grecia arcaica y clásica: funciones y modelos", in J. BARTOLOMÉ *et alii* (ed.), *La escritura y el libro en la antigüedad*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2004, p. 213.

¹⁷ Cf. J. DE HOZ, "La escritura en Grecia arcaica...", *op. cit.*, pp. 214-215.

nou, por exemplo, a existência de poemas de extensão superior àqueles que existiam na tradição oral, bem como o fomento de certas atividades culturais que dificilmente surgiriam sem ela¹⁸. A evolução do uso da escrita no caso grego não deixou de se sentir, também, a nível político, já que o desenvolvimento da pólis provocou, no século V a.C., em Atenas, a necessidade de uma divulgação propagandística.

Neste âmbito político, J. Signes Codoñer refere que temos de ter em conta que na Atenas do século V a.C. surgiu um conflito entre os defensores da escrita e os seus adversários, e que, apesar de na época moderna se considerar que a democracia ateniense não teria sido possível sem a existência da escrita, hoje sabemos que muitos atenienses de então associaram a escrita a um sistema tirânico e repressor, próprio das burocráticas monarquias orientais, como os persas, que haviam enfrentado os gregos¹⁹. Se, por um lado, se refere que Platão, por exemplo, era contra a escrita, não deixa de ser verdade que o podemos ver rendido a esta nova forma de transmissão. Contudo, a resistência dever-se-ia ao facto de que a escrita abria um novo modo de comunicação completamente imprevisível, ao mesmo tempo que a tradição oral estava muito enraizada na cultura.

As palavras de Signes Codoñer implicam também a questão da relação direta do processo de democratização da pólis ateniense e da sua evolução até à imposição da escrita como meio de transmissão cultural, que por sua vez implica a alfabetização e a leitura. Todavia, não se crê que nesta altura fossem muitos os alfabetizados,

¹⁸ A extensão dos textos deve-se à própria dimensão do livro, que nessa altura podia ser formado por seis a oito metros de folha de papiro. Cf. DE HOZ, “La escritura en Grecia arcaica...”, op. cit., pp. 217-218).

¹⁹ Cf. J. SIGNES CORDOÑER, “El paso de la oralidad a la escritura en la Grecia arcaica y clásica”, in *Antiquae lectiones. El legado clásico desde la Antigüedad hasta la Revolución Francesa*. Madrid, Cátedra, 2005, p. 38.

e mesmo se o fossem não teriam hábitos de leitura, pelo menos no sentido de leitura formativa²⁰. Segundo Havelock²¹, um cidadão ático do final do século V não se encontra perante uma disjuntiva: ou opta por uma cultura oral ou por uma cultura escrita, pois a questão reside no facto de estar imerso numa cultura oral dominante. A apresentação por escrito do que chamamos de textos era uma novidade e não era de estranhar que houvesse uma demora na sua aceitação, e até uma certa resistência. Coloca-se então uma questão: era possível que uma sociedade adotasse o livro como um objeto amigável, quando este poderia vir acompanhado de conteúdos que poderiam ser considerados, por alguns, como perigosos?

Apesar de tudo, a partir do século V começa a desenvolver-se rapidamente o uso da escrita, tendo a escola um importante papel na crescente proliferação dos textos literários. Testemunhos dessa condição são as próprias obras dos grandes autores que fazem referências a certos textos e colegas de profissão. Assim, tanto este interesse como este desenvolvimento da produção de livros e da leitura são evidentes em textos como os de Aristófanes (*Aves*, 1288, ou *Rãs* 52-53, em que surge Dioniso a ler a *Andrómeda* de Eurípides), ou de Xenofonte (*Memoráveis* 1.2.14), em que aparecem Sócrates e os seus discípulos com livros. A cerâmica figura como outro testemunho, pois cada vez mais se encontram cenas escolares ou de leitura poética, onde os livros aparecem nas mãos de jovens, de mulheres ou das Musas, em alguns casos acompanhados com a lira²².

²⁰ Cf. M. BRIOSO SÁNCHEZ, “Sócrates lector?”, in M^a Pilar FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, et alii (ed.), *Est hic varia lectio: la lectura en el mundo antiguo*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2008, p. 15.

²¹ Cf. E. A. HAVELOCK, *The literate revolution in Greece and its cultural consequences*. Princeton, Princeton University Press, 1982, p. 292; M. BRIOSO SÁNCHEZ, “Sócrates lector?”, op. cit., pp. 16-18.

²² Para exemplos de livros utilizados nas escolas e de momentos dedicados à composição e execução da poesia, vd. R. PFEIFFER, *History of Classical Scholarship*:

Ong (1996: 17) retrata de uma forma clara a inter-relação entre oralidade e escrita, quando afirma que

en todos los maravillosos mundos que descubre la escritura, todavía les es inherente y en ellos vive la palabra hablada. Todos los textos escritos tienen que estar relacionados de alguna manera, directa o indirectamente, con el mundo del sonido, el ambiente natural del lenguaje, para transmitir sus significados. “Leer” un texto quiere decir convertirlo en sonidos, en voz alta o en la imaginación, sílaba por sílaba en la lectura lenta o a grandes rasgos en la rápida, acostumbrada en las culturas altamente tecnológicas. La escritura nunca puede prescindir de la oralidad.

De Hoz (2004: 225-226) afirma que existe a hipótese de que o alfabeto grego tenha sido criado para poder fixar um texto poético. Mas a questão prende-se também com o facto de que a poesia oral grega, por albergar um “grémio profissional” com dedicação completa como os aedos da *Odisseia*, ou como se deduz em Hesíodo, formados por uma grande aprendizagem memorista, não permitiria a existência de condições para que alguém tivesse a ideia de a reproduzir graficamente. Na realidade, a poesia é uma criação ligada ao som, dificilmente separável da cadência da voz do aedo e do instrumento musical que a acompanha, tanto que se torna difícil imaginar o vazio que esse universo de som deixaria na representação gráfica da mesma. Por outro lado, ter-se-á de ter em conta que para esses profissionais de declamação seria difícil ver as vantagens da escrita, já que para eles a transmissão da sua arte era feita através de uma possessão inspirada, uma

From the beginnings to the end of the Hellenistic Age. Oxford, Clarendon Press, 1968, e E. G. TURNER, *Athenian books in the fifth and fourth centuries B.C.* London, University College, 1952.

obra da divindade, sendo Musa ou Apolo quem os distinguiu com um dom especial²³.

Admitindo a hipótese de que a escrita foi criada pelos aedos, a principal função de fixação do texto oral para o escrito seria um recurso para facilitar a preparação das declamações e para a conservação dos textos para uso posterior, ou para utilização dos seus discípulos.

Na verdade, não podemos ver de forma taxativa o alfabeto grego como uma técnica utilizada estritamente pelos aedos: o certo é que, na transição do século VIII a.C. para o VII a.C., um aedo teria maior possibilidade de conhecer a escrita do que qualquer outro indivíduo. Talvez possamos dizer que a escrita tenha sido profícua para a transmissão e composição, e útil, sobretudo, para conservar um texto. No campo das dúvidas e hipóteses, não há mais testemunhos da escrita “profissional” dos aedos depois do século VIII a.C., embora no final do século IV a.C. comecemos a conhecer o aspeto dos textos gregos através dos papiros²⁴.

Podemos, no entanto, aceitar que no século VIII a.C. já existiam textos poéticos escritos e que se preservaram provavelmente, não só devido à ação dos próprios aedos que os conservaram e copiaram, como pelo depósito de textos feito por senhores nos templos como oferendas, que permitiram a sua consulta ou cópia posterior²⁵. Neste âmbito, há quem considere que o próprio Homero tenha ditado os seus poemas a alguém, no princípio do século VIII a.C.

²³ Como nos pode confirmar, por exemplo, Arquíloco ou Sólon, respetivamente: “Eu sou o servidor do Senhor dos combates/ e conhecedor dos amáveis dons das Musas” (frg. 1. West); “Belas filhas de Mnemósine e de Zeus Olimpo,/ Musas Piérides, escutai a minha prece” (frg. 13 West) (tradução do grego de Maria Helena da Rocha Pereira, 2009, p. 123 e p. 135, respetivamente). Por outro lado, Ésquilo em *Prometeu Agrilhoado* (v. 460-461) consagra a escrita também às Musas: “...e as combinações com as letras, memória de tudo quanto existe, obreira mãe das musas” (tradução do grego de Ana Paula Quintela Sottomayor, 1992, p. 54).

²⁴ J. DE HOZ, “La escritura en Grecia arcaica...”, op. cit., p. 229.

²⁵ J. DE HOZ, “La escritura en Grecia arcaica...”, op. cit., p. 230.

Apesar de tudo, a publicação continuaria a ser oral durante quase todo o período arcaico e início do período clássico. A recitação dos rapsodos, principalmente dos versos homéricos, continua ainda nos festivais Pan-Helénicos²⁶, sem esquecer as obras de alguns autores, como as sátiras de Arquíloco, versos políticos de Sólon, e muita da lírica de Safo e Alceu, que circulavam em manuscrito. No entanto, autores como O. A. Dilke referem que, no século VI a.C., o tirano Pisístrato não só organizou competições de recitação dos *Poemas Homéricos*, como também dizia que os poemas tinham sido oficialmente editados e publicados²⁷. De facto, o conceito de publicação confunde-se com o da primeira execução pública, tal como foi frequente no teatro ao longo da história.

A introdução da escrita no processo de transmissão produziu-se de forma paulatina. Pode utilizar-se o texto como suporte de recordação e ferramenta para memorizar, o que implica que num processo de transmissão basicamente oral pode haver um complemento escrito²⁸. Assim, mesmo em pleno século V a.C., não há uma modificação radical na forma de transmissão da literatura, pois convivem a publicação e a transmissão parcial feita de forma oral, nas ocasiões literárias orais, nos festivais, *symposia* ou nas recitações de obras novas. No entanto, os poetas trágicos que, desde sempre, compunham as suas obras para serem apresentadas oralmente, tiveram de as passar para escrito, já que o texto se tornou necessário para a decisão do arconte nos festivais, assim

²⁶ Platão, no *Hiparco*, fala da questão da recitação de Homero nas Panateneias: “Sócrates: De um concidadão meu e teu, filho de Pisístrato de Filedes, Hiparco, o mais velho e o mais sensato dos filhos de Pisístrato, que executou muitas e belas ações ditadas pela sabedoria, entre elas, a de ter sido o primeiro que trouxe para esta terra as epopeias de Homero, e obrigou os rapsodos a recitá-las todas nas Panateneias, um após outro, tal como ainda hoje se faz” (228b-c) (tradução do grego de Maria Helena da Rocha Pereira, 2009, p. 411).

²⁷ Cf. O. A. DILKE, *Roman books and their impact*. Leeds, The Elmet Press, 1977, pp. 2-3.

²⁸ Cf. J. DE HOZ, “La escritura en Grecia arcaica...”, op. cit., p. 231.

como para a preparação dos atores, que necessitavam das suas próprias cópias para lerem²⁹.

Por outro lado, e no que respeita ao aspeto político, os oradores apenas começaram os registos dos seus discursos quando Péricles introduziu essa prática³⁰; antes de finais do século V a.C., iniciou-se o costume de publicá-los após terem sido pronunciados em público.

Na época romana a questão da oralidade da cultura estava igualmente bem vincada. A questão da memória era crucial, pois, tal como acontecia na Grécia, os romanos desenvolveram sistemas de treino e de uso da memória: com a métrica dos versos, que colocava em destaque a quantidade das vogais e a sua regularidade métrica, este sistema de memorização auxiliava as necessidades de retórica e de oralidade³¹.

Os romanos, de facto, possuíam uma peculiar e única mistura entre o oral e a escrita, aquilo que Mary Carruthers chama de uma relação fluida entre o texto oral e o desempenho oral³². Certo é que não havia incompatibilidade entre a escrita e a oralidade.

Também na época de dominação romana, a *recitatio* se tornou um meio de publicação. R. Winsbury refere que

the *recitatio* was a semi-public (but therefore semi-private) Reading from a raised platform, often but perhaps not always performed by the author himself, but at least with the author present, of a new work of literature, whether poetry, oratory, philosophy or history, before an invited audience of friends and

²⁹ Cf. Frederic G. KENYON, *Books and readers in Ancient Greece and Rome*. Oxford, Clarendon Press, 1951, pp. 20-21.

³⁰ *Suida* IX. 54.

³¹ Vd. Rex WINSBURY, *The Roman book: books, publishing and performance in Classical Rome*. Londres, Duckworth, 2009, p. 121.

³² Mary CARRUTHERS, *The Book of memory: a study of memory in medieval culture*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999, p. 126.

contacts. It was, in its way, the launch party for the new opus, but much more than that³³.

Para muitos autores modernos, a *recitatio* não era mais do que uma instituição ou inovação detestável, sendo uma forma degenerada de literatura. No entanto, considera-se que se trata de uma etapa preliminar para a publicação. A. N. Sherwin-White refere que a *recitatio* “became the popular form of initial publication, providing the cheapest and quickest means of making works known to the largest educated public available before the invention of printing”³⁴. Na época de Augusto, a *recitatio* fazia parte da vida literária e cultural de Roma, e Suetônio refere que, quando os novos escritores apresentavam as suas obras sob esta forma, o imperador era “um paciente ouvinte, não só das poesias e das histórias, mas também de discursos e tratados”³⁵.

O comércio de livros

É na segunda metade do século V a.C. que surge o comércio de livros. Este conhecimento vem-nos sobretudo dos autores cómicos³⁶ que mencionam os *bibliopoles* (livreiros), que vendiam na ágora. Nos versos do poeta cómico Êupolis encontramos referência ao lugar onde se compram livros e onde também

³³ R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., p. 95.

³⁴ A. N. SHERWIN-WHITE, *The Letters of Pliny*. Oxford, Oxford University Press, 1996, p. 51, apud R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., p. 96.

³⁵ Suetônio, *Augustus* 89.3, tradução da autora. Cf. R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., p. 98.

³⁶ Por exemplo, Aristófanes satiriza na sua obra *As Rãs* (v. 1114) a questão do “abuso” da posse de livros, já que cada um da audiência tinha um livro da peça que estava a assistir.

se adquire incenso, guloseimas, perfumes, cebolas ou alhos³⁷. Nesta altura, a literatura atingiu os seus anos dourados, e vários autores como filósofos, tragediógrafos e comediógrafos eram amplamente distribuídos.

Independentemente de muitas referências nos darem um panorama de uma ampla divulgação livresca, Platão regista que o negócio da publicação estava pouco desenvolvido. No *Fedro* fala com desdém do valor da escrita e dá uma incondicional preferência à mais expressiva e vigorosa palavra oral. O filósofo apenas deixava os seus manuscritos serem copiados para um círculo limitado de alunos e amigos. As poucas cópias que circulavam eram alugadas pelos seus donos a taxas elevadas³⁸.

Apesar de todas estas contradições de dados sabe-se que alguns dos copistas tinham em armazém as obras mais pedidas, e se a procura de livros fosse grande contratavam outros copistas, o que nos leva a concluir que os serviços de publicação, ainda que de forma embrionária, se iniciaram por esta altura³⁹.

Relativamente à relação que se estabelecia entre autor e editor, não existem dados concretos acerca do pagamento de taxas ao autor, nem sobre a proteção dos direitos de autor (*copyright*), já que, tendo em conta a extensão do plágio encontrado em certas obras, é evidente que o autor não tinha direitos de exclusividade sobre a sua obra, e que a reprodução e distribuição das suas criações não lhe traziam grandes ganhos financeiros⁴⁰. O que movia os autores

³⁷ A primeira referência a um mercado de livros em Atenas deve-se a Êupolis no Fr. 327 K.A.: “Dei a volta aos alhos e às cebolas,/ ao incenso, e logo aos perfumes,/ às miudezas e aos livros à venda” (tradução do grego de Maria Helena da Rocha Pereira 2009, p. 390).

³⁸ Cf. H. L. PINNER, *The world of books in classical antiquity*. Leiden, A. W. Sijthoff, 1949, p. 24.

³⁹ Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 24.

⁴⁰ Para exemplos de plágio vd. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 25.

a publicar eram não só motivos idealistas (já que veriam o seu nome ficar nos anais da História)⁴¹, como políticos.

Edições dos clássicos, antologias, livros de culinária, cavalaria, entre outros, proliferam, alguns com um elevado cuidado de elaboração e cópia. Por outro lado, esta mesma proliferação de livros levava à existência de obras de pouca qualidade no mercado, com modificações, corrupções e seleções de passagens dos textos⁴².

De entre os livros mais apreciados pelos gregos, encontramos os *Poemas Homéricos*, sendo a *Ilíada* editada em maior escala, logo seguida pela *Odisseia*⁴³. Além de Homero, Demóstenes também era um autor popular, e foi lido pelos romanos durante a ocupação do Egito. Eurípides foi um dos mais populares, mas o seu interesse foi diminuindo; Menandro e Platão continuavam a ser autores de eleição do público, assim como Tucídides, Xenofonte, Isócrates, Hesíodo, Píndaro, Sófocles, Heródoto, Aristófanes, Safo, Teócrito e Baquilídes, por esta ordem; Aristóteles estava também largamente representado⁴⁴.

Infelizmente a questão dos livros proibidos não era novidade, e já no ano de 411 a.C. livros pertencentes ao filósofo Protágoras foram apreendidos e queimados publicamente em Atenas, devido

⁴¹ Marcial, Juvenal, Horácio e Plínio consideravam que escrever poesia apenas trazia alguma fama e renome ao poeta, nada mais. Pelo contrário, Tácito não considerava nem uma coisa nem outra, já que “nem a fama nem a boa opinião à qual [os poetas] unicamente se dedicam, afirmando ser o único prémio de todo o seu trabalho, é igual entre poetas e oradores, porque nenhum conheceu poetas medianos, e bons, poucos” (*Dialogus de oratoribus*, 10) (tradução do latim da autora). Assim, refere que os versos não trazem nem honra nem dinheiro aos poetas, e que mesmo a fama, que esperam ter, acaba por lhes dar menos comparativamente aos oradores públicos. Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 42. No âmbito da imortalidade através das letras surge Horácio (*Ode* III, 30) que acreditava que o livro era o equivalente a um monumento perene.

⁴² Vd. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 26.

⁴³ Trabalhos realizados na atual El-Bahnasa, por exemplo, mostram que dos cerca de 500 mil papiros encontrados (entre eles fragmentos), 40% são versos dos textos de Homero, e na década de 40 do século XX conheciam-se 372 papiros da *Ilíada* e 104 da *Odisseia*.

⁴⁴ Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., pp. 27-28.

ao seu conteúdo que ofendia os detentores do poder na altura. Era também comum os oficiais confiscarem cópias de edições privadas da casa dos seus donos.

Parece também ter existido um comércio de livros em segunda mão, como testemunha Platão (*Ap.* 26d) que refere que a obra de Anaxágoras se podia adquirir na antiga *orchestra* por um dracma⁴⁵.

Não temos informações suficientes sobre a existência de um comércio de livros para o exterior. Ao mesmo tempo há testemunhas, como Xenofonte (*An.* 7.5.12-4), que nos informam que os barcos traziam livros como mercadoria; Plutarco (*Nic.* 29) relata o facto de que certos prisioneiros atenienses em Siracusa conseguiam obter a sua liberdade pelo facto de saberem de cor as obras de Eurípides – o que nos leva a crer que ainda haveria uma certa dificuldade em obter livros editados em Atenas⁴⁶. Já David Diringer, apoiando-se em Plutarco, diz-nos que Alexandre, o Grande, ordenou a compra de livros em Atenas, livros esses escritos por autores como Ésquilo, Sófocles, Eurípides, e outros trabalhos, que incluíam obras de história e poesia⁴⁷.

No entanto, o posterior incremento do comércio externo de livros parece ter dado lugar a uma regularização do processo de cópias, processo esse que a nível literário foi uma enorme mais-valia, já que a referência e citações de autores em várias obras permitiram o desenvolvimento da crítica literária, resolvendo, assim, alguns dos problemas textuais que certos textos suscitavam devido às sucessivas cópias.

Os livros de então tinham já ilustrações, sendo o primeiro de que temos conhecimento atribuído a Anaxágoras, segundo Diógenes Laércio (II, 3, 11): “Anaxágoras foi também o primeiro a publicar

⁴⁵ Cf. J. DE HOZ, “La escritura en Grecia arcaica...”, op. cit., p. 233.

⁴⁶ Cf. J. DE HOZ, “La escritura en Grecia arcaica...”, op. cit., p. 233.

⁴⁷ David DIRINGER, *The book before printing: ancient, medieval and oriental*. Nova Iorque, Dover Publications, 1982, p. 232.

um livro com desenhos/diagramas”⁴⁸. As ilustrações nos livros eram utilizadas, por exemplo, nos textos de matemática, pois para serem compreendidos necessitavam de figuras explicativas; dois fragmentos de papiro pertencentes a Euclides contêm desenhos. Os romanos também utilizavam ilustrações nas obras, decorando, por exemplo, biografias com retratos. Alguns autores, como Virgílio, tinham os próprios retratos nos prefácios dos seus livros. Uma das questões que se coloca neste âmbito de utilização das imagens nos livros era a dificuldade que haveria em fazer as cópias dos mesmos⁴⁹.

Apesar de se ver a literatura como uma literatura escrita, a leitura literária continuava a ser em voz alta, pelo que não se pode dizer que tenha havido uma rutura com a fase oral⁵⁰. Em todo o caso, o volume de livros publicados é grande: cerca de 800 comédias parecem ter circulado em Atenas em forma de livro, colocando-se assim o problema do acesso a esta considerável oferta, inacessível, na maioria dos casos, à aquisição individual⁵¹. As bibliotecas das escolas filosóficas são a primeira instituição de recolha e conservação da literatura, facilitando o acesso a determinados leitores. Ainda que inicialmente se trate de bibliotecas especializadas, constituem o gérmen do que seriam as bibliotecas gerais posteriores, em particular a de Alexandria.

O aumento da produção de livros gregos deve-se sobretudo à criação da biblioteca de Alexandria, já que tanto a biblioteca como a escola atraíram muitos estudantes do mundo helénico. Alexandria tornou-se o centro académico e científico da Antiguidade por excelência. Vejamos o testemunho de Mostafa El-Abbadi, que citando

⁴⁸ DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*, II, 3, 11 (tradução da autora).

⁴⁹ Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 16.

⁵⁰ Como refere Walter J. ONG, *Oralidad y escritura: tecnologías de la palabra*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 18: “La expresión oral es capaz de existir, y casi siempre ha existido, sin ninguna escritura en absoluto; empero, nunca ha habido escritura sin oralidad.”

⁵¹ J. DE HOZ, “La escritura en Grecia arcaica...”, op. cit., p. 234.

Georges Leroux, escreve: “Alexandria was a city of books and reading, it was also a city of debate and learning”⁵².

A biblioteca de Alexandria foi a mais importante das bibliotecas gregas, e contribuiu para o grande incremento na produção de livros. Esta biblioteca gozava de grande fama e prestígio, tendo-se tornado ao mesmo tempo num autêntico “tanque de pensar” e num centro de traduções e cópias⁵³, fonte da cultura e do intelectualismo. Muitos foram os livros produzidos e publicados em Alexandria, desde obras de cariz científico, como livros de medicina, ciências naturais, engenharia, astronomia, até às obras pertencentes à área das humanidades, de poesia, gramática ou lexicografia. Alexandria tornou-se o centro da produção de livros⁵⁴.

Possuidora de um enorme acervo, a biblioteca cresceu graças a diversos métodos de aquisição, entre os quais o envio de “agentes” a todo o mundo grego à procura de textos que pudessem fazer parte da biblioteca. Outra forma de aquisição de livros provinha do confisco dos livros trazidos nos barcos que passavam por Alexandria: os navios que carregassem livros deveriam entregá-los para cópia; no entanto, acontecia muitas vezes que essa mesma cópia era devolvida, ficando em Alexandria o original – muitos deles primeiras edições. Estes eram etiquetados com a referência de serem provenientes dos navios⁵⁵.

Na *Carta de Aristeias* (9-11) é referida a quantidade de livros do acervo da biblioteca de Alexandria e algum do trabalho desenvolvido:

⁵² Vd. Mostafa EL-ABBADI, Omnia Mounir FATHALLAH (eds.), “Introduction”, in *What Happened to the ancient Library of Alexandria?*. Leiden; Boston, Brill, 2008, p. 5.

⁵³ Patrick M. VALENTINE, *A social history of books and libraries from cuneiform to bytes*. Plymouth, The Scarecrow Press, 2012, p. 28.

⁵⁴ Cf. D. DIRINGER, *The book before printing...*, op. cit. p. 270.

⁵⁵ GALENO, *Commentarius in Hippocratis Epidemias* III. Vd. Roy MACLEOD, *The Library of Alexandria, center of learning in the ancient world*. Nova Iorque, I.B. Tauris, 2004, p. 65.

Encargado de la biblioteca del Rey, Demetrio de Fáleron, recibió grandes sumas de dinero, para reunir, de ser ello posible, todos los libros del orbe; y realizando compras y transcripciones, llevó a feliz término en el menor plazo que pudo la encomienda real. Habiéndosele demandado, en mi presencia: “¿Cuántas decenas de millares de libros hay?”, respondió: “Más de veinte, oh Rey; y me afano para completar en breve lo que falta para los quinientos mil. Por cierto, que se me ha anunciado además que las leyes de los judíos son dignas de transcripción y de hallarse en tu biblioteca”. “¿Qué es lo que te impide – dijo el Rey – realizar esta tarea, puesto que se te ha provisto de todo lo necesario?”. Demetrio dijo: “Se necesita una traducción: en Judea se sirven de sus propios caracteres; tienen, del mismo modo que los egipcios, tanto una escritura como una lengua propias. Corre la fama de que utilizan el siríaco pero no es cierto, se trata de algo distinto”. El Rey, después que hubo recibido noticia puntual de todo, ordenó se escribiera al sumo sacerdote de los judíos, a fin de llevar a buen término el proyecto⁵⁶.

Tanto a criação da biblioteca de Alexandria como de outras bibliotecas tinha como principal finalidade a preservação do conhecimento de todo o mundo. Sobretudo a de Alexandria, que, ao mesmo tempo que pretendia reunir a herança do Helenismo, procedia a trabalhos de crítica textual, por forma a recuperar os verdadeiros textos, comprometidos com as sucessivas cópias feitas. Alexandria colocou “o mundo dentro de rolos”, como refere Luciano Canfora⁵⁷.

⁵⁶ Tradução em espanhol de Jaume PÒRTULAS, “La carta de Aristeas a Filócrates”: *Revista de Historia de la Traducción* 1,1 (2007). Disponível em linha: <http://www.traducionliteraria.org/1611/esc/biblia/aristeas.htm#>.

⁵⁷ Luciano CANFORA, “Le monde en rouleaux”, in Christian JACOB, François DE POLIGNAC, *Alexandrie III^e siècle av. J.-C.: tous les savoirs du monde ou le rêve d’universalité des Ptolémées*. Serie Mémoires 19. Paris, Editions Autrement, 1992, p. 49.

Inspirados pelos gregos, os romanos mantiveram o seu gosto pelos livros e pela construção de bibliotecas. Escavações feitas em Pompeios e Herculano mostram vestígios de algumas bibliotecas privadas. Apesar de a tradição ser oral, aos poucos abraçaram o gosto pela escrita e pelos livros, principalmente quando Augusto estava no poder; no governo de Tibério já existiam teoricamente três ou quatro bibliotecas públicas e muitas privadas pertencentes à aristocracia. Tal como aconteceu em territórios gregos, as bibliotecas romanas eram consideradas “the knowledge that Roman emperors are using and controlling to articulate their authority”⁵⁸. A biblioteca de Trajano, por exemplo, tinha uma sala que possuía mesas para leitura, encontrando-se os livros acondicionados em nichos. Tal como outras, esta biblioteca estava dividida em duas secções distintas: uma de obras gregas e outra de obras romanas, com estatuetas e bustos como decoração. Isidoro de Sevilha, nas suas *Etimologias* (6.5.2), refere que nas bibliotecas em Roma existiam imagens dos autores (*additis auctorum imaginibus*).

Ao contrário do que acontecia nas antigas civilizações, eram muitos os romanos letrados, tendo a literacia florescido ao longo da República. Entre os homens cultos romanos era usual saberem latim e grego⁵⁹. Aquilo a que podemos chamar de atividades literárias em Roma (*studia*) são em sentido lato “gregas”, visto pertencerem a um espaço de prazer, e não a um sentido político; o *otium* e as atividades literárias, às quais os romanos das elites se devotavam, ocorrem em grego e latim. As denominadas *litterae latinae* são, na verdade, *litterae graecae* em latim⁶⁰.

⁵⁸ YUN LEE TOO, *The idea of the library in the ancient world*. Oxford, Oxford University Press, 2010, p. 44.

⁵⁹ P. M. VALENTINE, *A social history of books...*, op. cit., p. 29.

⁶⁰ Florence DUPONT, “The corrupted boy and the crowned poet; or, the material reality and the symbolic status of the literary book at Rome” in William A. JOHNSON, Holt N. PARKER (ed.), *Ancient literacies: the culture of reading in Greece and Rome*. Oxford, Oxford University Press, 2009, p. 144.

No fim da época da República existe uma grande difusão de livros em Roma. Os arquivos públicos proliferam em Roma e nas suas capitais de província, contendo documentação política, judicial e religiosa. As famílias também têm os seus próprios arquivos, onde armazenam documentos ligados às carreiras políticas dos seus antepassados e aos seus cultos privados; no início do Principado, continuam a existir bibliotecas públicas e privadas com livros nas duas línguas⁶¹. Cícero, sendo um grande colecionador de livros, pede a Ático⁶² que lhe traga os livros de Peto, primo do gramático Sérvio Clódio, que lhe havia deixado textos em latim e em grego.

Se analisarmos a história do livro em Roma, verificamos que um livro na biblioteca de Cícero, um livro enviado como presente de Horácio a Augusto, e um livro vendido na livraria em *Vicus Tuscus*⁶³ são diferentes realidades. Isto deve-se não só aos vários suportes em que é feito o registo, mas também ao próprio estatuto simbólico e funções, que são distintos no que respeita ao uso social para que foram feitos⁶⁴.

Materiais e formatos: do papiro ao pergaminho, do rolo ao *codex*

Durante a época clássica os rolos de papiro foram o veículo da literatura grega; quando a Grécia foi subjugada por Roma, os

⁶¹ F. DUPONT, “The corrupted boy...”, op. cit., p. 144.

⁶² CÍCERO, *Epist. ad Atticum* 2.1.

⁶³ Para referência de livrarias em *Vicus Tuscus* ou noutras ruas em Roma, referidas em autores antigos, vd. Peter WHITE, “Bookshop in the literary culture of Rome”, in William A. JOHNSON, Holt N. PARKER (ed.), *Ancient literacies: the culture of reading in Greece and Rome*. Oxford, Oxford University Press, 2009, p. 271, n. 8.

⁶⁴ F. DUPONT, “The corrupted boy...”, op. cit., p. 143.

romanos no século II a.C. adotaram este material de escrita. Nas palavras de Johnson,

from the beginnings of Greek written literature until deep into the Roman era, a 'book' was fashioned by taking a premanufactured papyrus roll, writing out the text, attaching additional fresh rolls as the length of text required, and, when finished, cutting off the blank remainder. Needed were the papyrus rolls, ink, pen sponge, glue, and knife. (...) Books on papyrus in the form of rolls ('bookrolls') were the norm from the beginnings through the early Roman era.⁶⁵

A indústria do papiro foi considerada de grande importância nas exportações do Egito, e no tempo do Império Romano parece ter pertencido a um monopólio imperial. Com o controlo das rotas comerciais, cada vez mais seguras, os navios mercantis, além de trazerem vinho, cereais ou azeite, escravos e cavalos, transportavam também rolos de papiro. O uso e flexibilidade deste material está presente nas evidências que chegaram até nós, demonstrando que era utilizado não só como suporte de textos literários, mas também de documentos de todo o tipo, como registos relativos à administração imperial ou registos de impostos⁶⁶.

Foram utilizadas grandes quantidades de papiro na Roma Imperial, enviadas em fardos e guardadas em armazéns especiais (*horrea chartaria*). Apesar de inicialmente ter havido uma certa apreensão no que respeitava ao uso do papiro, a novidade impôs-se⁶⁷. Os *pinakes* gregos (tabuinhas de cera) denominadas na época

⁶⁵ William A. JOHNSON, "The Ancient Book", in R. S. BAGNALL, *The Oxford Handbook of Papyrology*. Oxford, Oxford University Press, 2009, p. 256.

⁶⁶ R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., 2009, p. 19.

⁶⁷ Cf. F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 129.

romana de *cera*, *tabula* e *tabella*, serviam essencialmente para fins educativos, composições literárias ou trabalhos de índole administrativa. No caso de uma epístola extensa, optava-se pelo uso do papiro em vez das tabuinhas.

O livro romano era, inicialmente, feito em rolo de papiro e referido como *volumen* em latim, tendo este tipo de suporte sido utilizado por todo o mundo antigo, dentro e fora dos territórios romanos, ao longo do Mediterrâneo. Na verdade, o papiro tornou-se o instrumento fundamental do conhecimento e da literatura, chegando Plínio a referir que com o “uso deste material, a cultura e a história da humanidade estão, de forma preeminente, encarnadas”⁶⁸.

Marcial nos seus *Epigramas* (III, 2, 7-11, e I, 117, 16)⁶⁹ descreve o modo como se formava o *volumen*: no final das folhas de papiro ou do pergaminho⁷⁰ (ocasionalmente poderia também ser feito no princípio) colocava-se um cilindro feito de madeira ou de osso (*umbilicus* ou *cornu*). Geralmente os cilindros eram pintados de cores vivas (*pictis umbilicis*) e as extremidades (*umbilicis*) de preto, ou eram ornadas de discos de marfim (*cornua*); com pedra-pomes poliam-se as margens superior e inferior do rolo. De seguida, o verso da folha era untado com óleo de cedro, tornando-se assim impermeável à humidade e à traça; atava-se uma etiqueta (*index* ou *titulus*) em pergaminho ao rolo, onde estavam registados o nome do autor e o título da obra a escarlata, o qual, depois de envolto em pergaminho cor de púrpura ou amarelo dourado, ficava pronto para ser enviado ao editor⁷¹.

⁶⁸ PLÍNIO, *Hist. Nat.*, 13.21. Cf. R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., p. 15.

⁶⁹ “Agora podes passear untado de cedro/ e, exibindo o duplo enfeite no frontispício,/ pavonear a exuberância dos cilindros coloridos;/ e deixar que a púrpura fina te revista,/ e de escarlata enrubesça o título orgulhoso” e “polido de pedra-pomes e ornado de púrpura” (Tradução do latim de Paulo Sérgio Ferreira e de José Luís Brandão: Marcial, *Epigramas*, vol. I, p. 129-130 e p. 96, respetivamente).

⁷⁰ Não há referência explícita no poema de que se trata de papiro ou de pergaminho.

⁷¹ Veja-se a nota de Cristina de Sousa Pimentel em MARCIAL, *Epigramas*. Vol. I, p. 130, n. 3.

Tibulo (III, 9) refere que as folhas de papiro eram alvas como a neve (*nivea*), demonstrando assim uma qualidade superior, enquanto a cobertura do livro (*membrana*) era cor de argila (*lutea*) (*Lutea sed niveum involvat membrana libellum*)⁷².

Durante a época imperial em Roma existiam vários tipos de papiro de diferente importância e qualidade. Segundo Plínio (XIII, 23), a folha de papiro de melhor qualidade era feita a partir do centro da planta. Os antigos deram-lhe primeiramente o nome de *Hieratica*, pois era inteiramente reservado aos textos sagrados. Mais tarde, recebeu o nome de *Augusta*, em honra de Augusto César, e a de segunda qualidade foi dado o nome de *Liviana*, devido à esposa de Augusto se chamar Lúvia. Por essa altura, a folha de terceira qualidade passou a designar-se de *Hieratica*; e a da qualidade seguinte foi designada como *Amphitheatrica*, provavelmente devido ao local onde era manufaturada, ou seja, perto do anfiteatro, em Alexandria⁷³.

Um dos problemas com os quais se deparava o papiro era a sua perecibilidade, pois apenas em climas secos gozava de grande longevidade, uma vez que em locais húmidos se deteriorava com mais facilidade. Na verdade, se os documentos não fossem bem acondicionados, corriam o risco de se estragarem, provocando o desaparecimento das obras originais e das cópias para sempre, como aconteceu com muitas, de cuja existência apenas restam as referências de outros autores. Apesar do esforço das bibliotecas e do amplo comércio de livros na época helenística, muitas das obras em papiro que não foram substituídas ou copiadas para códices acabaram por se perder⁷⁴. Para além desta questão da

⁷² “Mas que uma cobertura de argila envolva o livrinho alvo como a neve” (tradução da autora).

⁷³ Para outros tipos de papel, sua elaboração e qualidade, vd. PLÍNIO, *Hist. Nat.* XIII, 23, 24 e 25.

⁷⁴ F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 115.

perecibilidade do papiro, havia ainda que ter em conta o seu preço, pois como testemunha Juvenal, nas suas *Sátiras*, era caro (IV, 24 e VII 101).

Mas mais do que questão de perecimento das obras por razões naturais e do preço do papiro, o desaparecimento de alguns livros da Antiguidade deveu-se também ao facto de o processo de cópias ser muito lento, aliado à falta de interesse pela literatura dita pagã, literatura que era considerada imoral, como aconteceu com muitas obras de tragediógrafos gregos votados ao esquecimento. As peças teatrais feitas com base nessas obras ditas imorais foram proscritas, e no ano de 692 d.C. foram elaboradas as atas do Concílio in Trullo ou Concílio Quinissexto, cujo Canon LXII proibia a representação de comédias nocivas para a moral dos fiéis⁷⁵.

No entanto, o livro romano impôs-se no ano 240 a.C. quando foram necessários inúmeros exemplares para que se reproduzissem as traduções gregas feitas pelo tarentino Lívio Andronico. O livro circulou em papiros e pergaminho, e o ato de editá-lo denominava-se *edere*, isto é, “dar à luz” ou “derramar algo”. C. Octávio Lampádio introduziu uma mudança na literatura latina quando estabeleceu o canto ou livro como ponto divisório num rolo de papiro⁷⁶.

Uma prova da difusão da leitura pode ser comprovada com Marcial⁷⁷ ou Catão, que levava consigo livros, quando ia para o Senado. Séneca chegou a ser intolerante com os que compravam livros apenas para decorar as suas casas⁷⁸, e considerava que o

⁷⁵ F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 115.

⁷⁶ F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., p. 129.

⁷⁷ Marcial III, 1: “este livro, qualquer que seja o seu valor, te envia, de longínquas plagas/ a Gália de nome oriundo da toga romana./ Vais lê-lo e louvar talvez o livro precedente:/ qualquer que seja a tua preferência, um e outro são meus./ Concordo que te agrade mais o livro que nasceu na cidade rainha:/ deve, com efeito, vencer um livro gaulês, o pátrio.” (Tradução do latim de Paulo Sérgio Ferreira: MARCIAL, *Epigramas*, vol. I, p. 129).

⁷⁸ SÉNECA, *De tranq. an.*, IX, 4-7.

tempo de ócio deveria ser passado com os livros, pois fazê-lo sem eles seria como morrer⁷⁹.

No século III a.C. a literatura latina já havia adotado o rolo de papiro como formato do livro. Não nos podemos esquecer que o impulso literário foi acompanhado por uma gradual circulação de livros, não se sabendo ao certo, no que respeita ao número de exemplares, a tiragem de cada edição. Já quanto às cópias, havia um uso indevido da autoria dos textos e dos autógrafos dos próprios autores⁸⁰. Marcial em I, 66, por exemplo, ataca, provavelmente, um plagiário que tentou comprar os seus poemas para os tornar seus, recorrendo aos serviços de um *scriba*⁸¹.

Durante o período clássico, até final do século III, o rolo de papiro foi o principal suporte de registo, tendo sido substituído posteriormente pelo pergaminho. Este material, feito a partir de pele de animal, surgiu em Pérgamo, quando o rei Ptolomeu proibiu a exportação do papiro do Egito, uma medida tomada diretamente contra o rei Êumenes II, cuja cidade possuía uma biblioteca que concorria com a de Alexandria⁸².

Os rolos de pergaminho eram pesados e difíceis de manusear; por isso, acabou por ser um formato de transição, tendo-se passado posteriormente ao formato de *codex*, que deu origem aos nossos

⁷⁹ SÊNECA, *Ep.* 82,3. Para outros exemplos da difusão da leitura vd. F. BÁEZ, *Los primeros libros...*, op. cit., pp. 130-131.

⁸⁰ Alguns bibliófilos da época tentavam arranjar livros autografados pelos autores, e por vezes a importância dada aos livros era tanta que estes eram sepultados com os seus donos.

⁸¹ Marcial I, 66, vv. 1-3: “Estás enganado, ávido ladrão dos meus livros,/ que julgas tornar-te poeta só pelo preço/ que custa a escrita e um rolo barato” (Tradução do latim de José Luís Brandão: MARCIAL, *Epigramas*, vol. I, p. 76).

⁸² Plínio o Velho, *História Natural*, XIII, 21: “Depois, pela rivalidade entre Ptolomeu e Êumenes pelas bibliotecas, quando Ptolomeu suprimiu a exportação de papiros, novamente de acordo com Varrão, os livros de carneiro foram inventados em Pérgamo; e a partir daí o uso desse material tornou-se comum, tanto que veio a ser instrumento de imortalidade do homem” (tradução da autora para português a partir da versão espanhola de F. BAÉZ, *Los primeros libros...*, op. cit. p.121).

atuais livros, formados por vários cadernos ou *quaderni*, e contendo um número variável de fólhos, passíveis de serem escritos dos dois lados. O poeta Marcial conhecia-o principalmente no formato pequeno, ideal para usar em viagens, para edições escolares ou antologias⁸³.

G. Cavallo argumenta que os livros em formato de *codex* eram, sem dúvida, mais fáceis de fazer, encurtando o processo de produção e encorajando a sua circulação. O facto de as folhas poderem ser escritas dos dois lados fazia com que se poupasse muito espaço e diminuía o preço das cópias comparativamente ao rolo⁸⁴. No entanto, os livros feitos com pergaminho em formato de *codex* eram produzidos em menor quantidade, porque os custos por cópia eram elevados, enquanto os rolos de papiro resultavam bem mais fáceis e baratos de fazer⁸⁵.

Não há dúvida quanto às vantagens do formato do *codex*, quando comparado com o rolo. Um dos grandes benefícios prendia-se com o próprio acondicionamento das folhas, já que eram guardadas dentro de capas, na sua maioria feitas de madeira, e isso fazia com que as páginas estivessem protegidas, preservando a sua integridade. O facto, também, de os códices terem os títulos inscritos nas margens fazia com que fosse muito mais fácil identificá-los, enquanto que nos rolos eram colocadas etiquetas que se podiam perder⁸⁶.

Outra vantagem prendia-se com a possibilidade de paginação, algo que diferia dos rolos, que não tinham páginas, o que facilitava a recuperação da informação por parte de historiadores e escritores que desejassem fazer pesquisas. Nessa altura, em que as cópias

⁸³ Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 19.

⁸⁴ Vd. G. CAVALLO, *History of Reading in the west*, Polity Press, 1999, p. 86, apud Rex WINSBURY, *The Roman book: books, publishing and performance in Classical Rome*. Londres, Duckworth, 2009, p. 21.

⁸⁵ R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., p. 21.

⁸⁶ Vd. Lionel CASSON, *Libraries in the Ancient World*. New Haven e Londres, Yale University Press, 2001, p. 129.

eram feitas manualmente, tornava-se mais fácil para os copistas realizarem cópias mais fidedignas das obras, já que os conteúdos das páginas eram facilmente comparáveis neste formato. Esta principal e crucial diferença teve também a ver com uma necessidade cultural e religiosa, já que os textos deveriam ter uma coerência na sua apresentação, e os copistas-escritas, tal como os monges dos mosteiros medievais, faziam com que o seu trabalho de cópia acabasse na mesma página. No entanto, mesmo nos rolos era possível fazer-se com que as colunas, nas várias cópias, terminassem no mesmo local, embora não fosse fácil. Uma outra vantagem diz respeito ao próprio tamanho do *codex*, pois tornava-se possível usar um formato muito mais pequeno; no início do Cristianismo, sendo esta uma religião proibida, este formato facilitou a ocultação dos livros religiosos⁸⁷, como se referirá mais adiante.

O tamanho do *codex* era determinado pela forma como a folha de pergaminho era dobrada, e com isso poderiam fazer quatro, oito ou doze páginas, de acordo com o tamanho da pele e a dimensão do livro proposto. Foi a partir daqui que foram criados os termos *quarto*, *octavo* e *duodecimo*. Normalmente os livros eram compostos por oito folhas (*folio*), ou seja, dezasseis páginas. As páginas eram numeradas por ordem alfabética, tendo-se recorrido ao uso de algarismos a partir da Idade Média. No fundo de cada página eram escritas as primeiras palavras da página seguinte, de forma a guiar o encadernador. É interessante atentar no cuidado de as páginas adjacentes terem a mesma coloração, pois, como se sabe, a pele tem diferentes tons. Para certas obras específicas era também utilizado um pergaminho muito mais fino, proveniente de jovens carneiros e de qualidade superior, denominado de *vellum*⁸⁸.

⁸⁷ Cf. R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., p. 22.

⁸⁸ Cf. James Westfall THOMPSON, *Ancient libraries*. Londres, Archon Books, [1962], pp. 64-65.

A transição do formato do rolo para o *codex* foi feita, assim, de forma gradual, tendo-se tornado a forma tradicional do livro romano, ainda que entre os séculos II a.C. e II d.C. o formato habitual do livro em Roma continuasse a ser o do rolo importado da Grécia. Inovador no material, os precedentes do *codex* encontram-se não só nos “códices lígneos”, códices de tabuinhas de madeira (dípticos, trípticos, polípticos), como também nos “códices” em folhas de pergaminho, que eram o suporte mais usual na produção da escrita quotidiana, de documentos civis e militares, ou mais modestamente para contas, recibos, mensagens. Mas a época cristã, a partir do século II, foi o marco para a adoção do *codex*, não só porque um novo formato era identificador de uma nova religião, como também pela possibilidade de maior acesso das classes populares a obras escritas, não apenas por fatores económicos, como pelo facto de serem de mais fácil manuseamento e de melhor conservação⁸⁹.

No mundo greco-romano, até ao século III, o códice era considerado uma espécie “inferior” de livro, e era usado essencialmente no âmbito escolar ou para textos de teor técnico-profissional (já que era um material mais económico); mas, a partir do século IV, começa a haver uma proliferação do uso do códice a partir do momento em que a religião cristã se torna uma religião institucional. O códice chega a ser livro de conservação bibliotecária, de cerimónia sagrada ou de *ostensio* conciliar, adquirindo o estatuto de livro de qualidade elevada⁹⁰.

É interessante atentar em alguns achados de pequena dimensão, rolos em miniatura, chamemos-lhes “rolos de bolso”, com poesia,

⁸⁹ Francisca PORDOMINGO, “Los libros más pequeños de la antigüedad: el testimonio de los papiros”, in J. BARTOLOMÉ, Maria C. GONZÁLEZ, M. QUIJADA (ed.), *La escritura y el libro en la antigüedad*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2004, pp. 314-315.

⁹⁰ F. PORDOMINGO, “Los libros más pequeños...”, op. cit., pp. 314-315.

datados dos séculos I e II a.C., do período romano⁹¹. A verdade é que o número de códices em miniatura suplantava o dos rolos, o que se poderá dever ao facto de, no Oriente, o códice ser considerado uma espécie inferior de livro e, portanto, um veículo de literatura secundária, com frequência copiado em modestos exemplares. Estes códices encontram-se entre os séculos III e os séculos VI e VII, concentrando-se nos séculos IV e V, mas a sua afirmação definitiva em relação ao formato de rolo acontece, a julgar pelo testemunho dos livros conservados no Egito greco-romano e início do bizantino, entre os séculos IV e V. Os códices miniatura contêm textos religiosos, na sua maioria bíblicos e cristãos, e são em número muito reduzido os que abarcam outras temáticas, o que nos leva a afirmar que a difusão do *codex* está ligada ao cristianismo⁹². Os códices que não pertencem à temática religiosa eram utilizados para extrair citações; sendo extremamente fáceis de transportar devido ao seu pequeno formato, poderiam ser lidos em qualquer situação.

De pequeno formato são também os cadernos escolares, que continham não só textos de outros autores para serem trabalhados, como serviam ainda para os alunos realizarem exercícios de escrita e de gramática. Outros continham textos paraliterários; os testemunhos que nos chegaram demonstram que seriam cópias privadas, a julgar pelo formato e pela escrita. As temáticas vão desde tratados de palmomancia, ou seja, prognósticos que derivam dos movimentos involuntários de diversas partes do corpo, à poesia amorosa, anedotas, oratória, notas escolares, astrologia, oracular.

É difícil definir uma tipologia: se deixarmos de lado os textos cristãos, cujo elevado número de livros nos leva a um formato mais tipificado

⁹¹ Apenas para citar alguns exemplos destas pequenas obras que chegaram até nós, possuímos a de Menandro, *Karchedonios*, que media 16 cm, e de Píndaro, *Partheneion* com 13 cm: vd. F. PORDOMINGO, “Los libros más pequeños...”, op. cit., p. 321.

⁹² Cf. F. PORDOMINGO, “Los libros más pequeños...”, op. cit., p. 322.

no mercado do livro, os restantes parecem ser “cópias privadas” com uma finalidade utilitária (livros de oração, escolares, adivinhação)⁹³.

Editores romanos

Após a conquista da Grécia por Roma, os romanos “subjugaram-se” à grandiosa cultura dos gregos; uma grande quantidade de livros gregos chegou ao Império, na sua maioria através da pilhagem, e não tardou que os livreiros viessem para Roma, tornando-se, desde cedo, a publicação uma indústria organizada. Com um mercado cada vez mais exigente a nível de número de publicações, os editores tinham trabalhadores treinados, sendo a maioria desses trabalhadores gregos (alguns deles eram mesmo escravos), muito procurados e caros. De acordo com Séneca, eram pagos 100.000 sestércios por um *servus literatus*. Esses escravos eram educados na caligrafia ainda em pequenos e, quando começavam a trabalhar, ainda que fossem escravos, eram remunerados pelo seu trabalho; se realizassem um trabalho excepcional, o que lhes era pago poderia salvá-los da pobreza⁹⁴.

A máquina editorial da época era capaz de colocar no mercado centenas de cópias de um novo livro, ainda que por vezes esta rapidez trouxesse consigo uma qualidade duvidosa das obras. Cícero falava mesmo de “livros cheios de mentiras” e, para se justificarem os erros, havia quem dissesse que isso se devia ao facto de os copistas serem gregos e não conhecerem bem a língua latina⁹⁵. Havia também

⁹³ Cf. F. PORDOMINGO, “Los libros más pequeños...”, op. cit., p. 336.

⁹⁴ Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 30.

⁹⁵ Marcial II, 8: “Se algo nestas folhas, leitor, te parecer/ ou demasiado obscuro, ou pouco latino,/ não é meu o erro: foi gralha do copista,/ na pressa de coligir os versos para ti./ Pelo que, se julgares que não ser ele, mas eu a errar,/ então acreditarei que não tens inteligência alguma./ “No entanto, isto é mau.” Como se eu negasse a evidência!/ Isto é mau, mas tu melhor não fazes.” (Tradução do latim de José Luís Brandão: MARCIAL, *Epigramas*, vol. I, p. 101).

casos em que os copistas não copiavam a totalidade das linhas das obras, o que levava, igualmente, à existência de livros corrompidos.

A par dos editores que se importavam apenas com a produção de cópias dos livros e não com a sua qualidade, encontram-se outros que tinham plena consciência da importância do seu trabalho e possuíam nos seus ateliês leitores especiais para fazerem as correções dos textos. Mas não eram apenas alguns editores e os próprios autores que demonstravam uma preocupação face a um livro feito de forma correta: também os leitores assim o exigiam, e quando compravam edições antigas ou raras chamavam peritos (gramáticos) para os aconselharem.

Não se sabe ao certo se os editores estabeleciam um número fixo de cópias por edição. Muitas vezes, para saber se o livro teria uma boa recepção por parte do público, realizavam-se recitais, em locais públicos, de alguns versos (ou mesmo a publicação de apenas uma pequena parte do trabalho); se a reação fosse positiva publicavam posteriormente o restante texto⁹⁶.

O primeiro editor que conhecemos pelo nome é Ático, amigo de Cícero, que publicou não só os livros do seu amigo mas de muitos outros autores, e que era considerado um editor excepcional, possuidor de uma vasta cultura e de uma excelente rede de contactos, tão grande que Cícero aproveitou os seus conhecimentos para distribuir os seus livros, não só em Atenas durante o seu consulado, mas também noutras cidades da Grécia.

Na época de Augusto temos como grandes editores os irmãos Sósios, que se tornaram conhecidos pela publicação de Horácio. Este refere na *Arte Poética* que esta obra iria dar dinheiro aos seus editores, tornaria o nome do seu autor imortal e que atravessaria os mares: “é este o livro que dá dinheiro aos Sósios, que passa os

⁹⁶ Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 32, 35.

mares e oferece ao célebre escritor imortal renome”⁹⁷. Na segunda metade do século I da nossa era, Trífon surge como um dos mais famosos editores, tendo publicado a maior parte dos trabalhos de Marcial e a *Retórica* de Quintiliano⁹⁸.

Relativamente à proteção dos direitos de autor, estes não eram consignados na lei romana (como já referimos anteriormente), mas isso não queria dizer que os autores não se sentissem incomodados com esse facto. Cícero chegou mesmo a apelar à ética do seu amigo e editor Ático. Marcial também se queixava da cópia dos seus trabalhos feita por todo o tipo de pessoas que o imitavam⁹⁹, e no seu epigrama I.52 chama a um poeta ladrão literário (*plagiarius*)¹⁰⁰. Considera-se que a atual palavra ‘plágio’ que designa “o que rouba os escritos de alguém e os divulga como seus” foi criada por Marcial.

Quanto ao pagamento pela criação das obras aos seus autores, crê-se que, por norma, esse pagamento não era feito. No entanto, existem autores, como E. J. Kenney, que acreditam que, possivelmente, alguns livreiros pagassem um montante fixo aos autores pelos direitos das cópias e vendessem os seus livros numa base exclusiva, como cópias comerciais, e que faria parte do acordo com

⁹⁷ HORÁCIO, *Ars Poetica* 345-346 (tradução do latim de R. M. Rosado Fernandes, p. 107).

⁹⁸ Apesar de vários estudiosos considerarem estes nomes (os irmãos Sósios, Ático e Trífon) como editores, Rex Winsbury refere que não são editores, mas apenas copistas e livreiros. Sobre este assunto, vd. R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., pp. 54-56.

⁹⁹ MARCIAL I, 72: “Que tu és um poeta, à custa dos meus versos,/ julgas e dejas que se acredite, Fidentino?/ Assim Egle considere que tem dentes,/ depois de comprar ossos e marfim das Índias;/ assim, mais negra que uma amora cadente,/ coberta de alvaiade, Licóris sente-se bela./ Da mesma forma que és poeta,/ quando estiveres careca, serás cabeludo.” (Tradução do latim de José Luís Brandão: MARCIAL, *Epigramas*, vol. I, p. 79).

¹⁰⁰ MARCIAL I. 52: “Encomendo-te, Quinciano, os meus - / se é que meus posso chamar, / os epigramas que recita um teu amigo poeta -:/ se eles se queixam de dura servidão,/ vem afiançar que são livres e garante o que for preciso;/ e quando essoutro se intitular seu dono,/ diz-lhe que são meus e por minha mão libertos./ Se três e quatro vezes isto gritares,/ hás-de incutir vergonha ao plagiário.” (Tradução do latim de José Luís Brandão: MARCIAL, *Epigramas*, vol. I, p. 71).

os autores fornecer-lhes cópias dos livros¹⁰¹. Muitos deles, como aconteceu com Cícero, tinham de ajudar a custear a publicação dos seus trabalhos. A verdade é que a maioria dos autores pertencia aos altos círculos da sociedade, podendo custear a publicação das próprias obras; já aqueles que não possuíam meios para o fazer recorriam normalmente a um mecenas para os ajudar¹⁰².

O que sabemos relativamente ao dinheiro ganho pelos editores é-nos testemunhado por alguns autores: Marcial dará a Trífon a possibilidade de fazer dinheiro com a venda dos seus *Epigramas*¹⁰³; Horácio refere que o seu livro dará dinheiro aos Sósios¹⁰⁴. No entanto, nada sugere que houvesse algum retorno para os autores¹⁰⁵.

Livrarias em Atenas e em Roma

No que se refere aos locais de compra de livros, as livrarias em Atenas são mencionadas pelos escritores de comédias desde o ano 430 a.C., e já Alexandre, o Grande, mandava comprar em Atenas livros dos grandes tragediógrafos, poetas e historiadores.

Em Roma, as livrarias existiriam desde a época de Cícero e Catulo; ficavam situadas nas melhores e mais movimentadas zonas da cidade, sendo ponto de encontro de académicos e bibliófilos.

¹⁰¹ Cf. E. J. KENNEY, *The Cambridge History of Classical Literature*. Vol. 2. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

¹⁰² MARCIAL III, 2: “a quem queres que te dedique, meu livrinho?/ Apressa-te a arranjar para ti um protector,/ não aconteça que, arrebatado logo para a sombria cozinha,/ atuns vás embrulhar com húmida folha/ ou de incenso ou de pimenta sejas o cartucho./ Foges para o regaço de Faustino? Miolo não te falta./ Agora podes passear untado de cedro/ e, exibindo o duplo enfeite do frontispício,/ pavonear a exuberância dos cilindros coloridos;/ e deixar que a púrpura fina te revista,/e de escarlate enrubesça o título orgulhoso./ Com tal protector nem a Probo precisas de temer.” (Tradução do latim de Paulo Sérgio Ferreira: MARCIAL, *Epigramas*, vol. I, pp. 129-130).

¹⁰³ MARCIAL, *Epigr.* 13.3.4.

¹⁰⁴ HORÁCIO, *Ars Poetica* 345.

¹⁰⁵ R. WINSBURY, *The Roman book...*, op. cit., p. 62.

As lojas de venda de livros eram abundantes e denominavam-se *libraria taberna*. A primeira referência a estas lojas em Roma é de Cícero na sua *Segunda Filípica* (2.9.21). Estrabão (13.1.54) refere também que, quando Sula trouxe a biblioteca de Aristóteles como resultado de pilhagem para Roma em 83 a.C., alguns livreiros conseguiram ficar com uns quantos livros e fazer más cópias.

A verdade é que os comerciantes de livros não deixaram muitos testemunhos diretos, sendo as únicas exceções uma inscrição funerária comemorando o livreiro Sexto Peduceu Dionísio, e um registo ainda mais lacónico de um papiro grego feito pelo livreiro de Horácio, Sósia¹⁰⁶.

Em latim, o termo mais usual para designar um vendedor de livros é *librarius*¹⁰⁷; no entanto, também é utilizado para designar outras realidades, como por exemplo um secretário privado a quem se dita uma carta; nestas circunstâncias, deverá ter-se em consideração o contexto em que surge o termo. O *librarius* era um homem livre ou um liberto que trabalhava para si e não sob as ordens de ninguém, desconhecendo-se, ao certo, que independência tinha este tipo de vendedor¹⁰⁸. Referências sobre as livrarias encontram-se em Catulo, quando este diz que vai a correr para as prateleiras de uma livraria (*librarius scrinia*) para comparar livros¹⁰⁹, ou em Séneca, quando fala com Doros que vendeu livros a um *librarius*¹¹⁰.

Em Roma era possível comprar livros escritos em grego e em latim, títulos novos, cópias recentes de manuscritos, livros encomendados e, no tempo de Marcial, códices e rolos¹¹¹. Leitores comuns

¹⁰⁶ Vd. P. WHITE, “Bookshop in the literary...”, op. cit., p. 268.

¹⁰⁷ O termo *librarius* como vendedor de livros surge por exemplo em Cat., 14.17, Séneca, *Ben.* 7.6.1, Marcial, *Epigr.* 2.8.3, ou em Gélio *Na.*, 5.4.1, 18.4.1.

¹⁰⁸ Cf. R. WINSBURY, *The Roman book ...*, op. cit., p. 58.

¹⁰⁹ CATULO 14,17.

¹¹⁰ SÉNECA 7.6.1.

¹¹¹ Cf. P. WHITE, “Bookshop in the literary...”, op. cit., pp. 269 e 271. Para exemplos de livros de autores gregos, novos títulos, livros encomendados e códices vd. P. WHITE, “Bookshop in the literary...”, op. cit., p. 271, n. 7.

e leitores pertencentes às elites procuravam as livrarias como local de aquisição de livros, mesmo tendo a possibilidade de os adquirir por outros meios. As livrarias em Roma estavam concentradas na zona central da cidade e à sua volta. Os locais onde se vendiam livros estavam circunscritos na zona sul do fórum central: em *Vicus Tuscus*, na zona norte e leste deste, perto do Fórum de Nerva e ao longo de *Argiletum*, e em *Vicus Sandaliarius*¹¹².

Nas entradas e nos pilares das livrarias existiam listas dos livros disponíveis com o nome do autor e os títulos, especialmente dos mais antigos. Pinner refere que aparentemente existiam armários com excertos dos livros de autores mais recentes para suscitar a curiosidade dos leitores¹¹³. Marcial, num dos seus epigramas (I, 117), refere que a publicidade às obras vendidas nas lojas era muitas vezes pintada nas ombreiras das portas ou em cartazes afixados: “Em frente ao foro de César está uma loja/ com as ombreiras de um lado e doutro cheias de inscrições,/ de modo que rapidamente se leia o nome de todos os poetas”¹¹⁴. Ao lado existiam também alguns livreiros que vendiam a sua mercadoria mais barata na rua; também nas maiores cidades das províncias existiam livrarias de primeira classe. Havia outros livreiros que vendiam livros antigos raros, mas muitas vezes o seu aspeto antigo era apenas artificial, ou seja, forçavam-no através do seu armazenamento juntamente com cereais, o que lhes conferia um ar amarelo envelhecido¹¹⁵.

Numa primeira fase, o vendedor de livros em Roma, ao contrário do que aconteceu na Grécia, desempenhava várias funções em

¹¹² Temos referência, por exemplo, em Galeno da *Vicus Sandaliarius*: “Na *Vicus Sandaliarius*, onde estão situadas muitas livrarias em Roma, eu observei algumas pessoas a perguntarem se um livro que estava a ser vendido era meu ou escrito por outro” (Galeno, *Lib. Propr.* 19.8 Kühn) (tradução da autora a partir da versão inglesa em P. WHITE, “Bookshop in the literary...”, op. cit., p. 283).

¹¹³ Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 47.

¹¹⁴ Tradução do latim de José Luís Brandão: MARCIAL, *Epigramas*, vol. I, p. 95.

¹¹⁵ Cf. H. L. PINNER, *The world of books...*, op. cit., p. 48.

simultâneo: era ao mesmo tempo fabricante, editor e revendedor. Esta separação de papéis só seria feita mais tarde, com o desenvolvimento da literatura.

Os livros conseguiam chegar aos vários pontos do Império: uma obra copiada em Roma poderia chegar a Alexandria em dois meses, e mesmo nos portos havia pontos de venda de livros.

Conclusão

Desde a transmissão oral dos usos e costumes, aos registros de elementos de cariz administrativo ou de âmbito sagrado, passando pela evolução dos diversos materiais que lhe serviram de suporte, o livro assumiu ao longo dos tempos um papel fundamental na difusão do legado de variadas civilizações antigas. Considerando, tal como Ernest C. Richardson (1914: 20), que o livro poderá ser “qualquer registro do pensamento em palavras, [em que] não interessa nem o tamanho, nem a forma, nem o material: inclusive uma palavra pode ser um livro e esse livro toda uma biblioteca”, são inegáveis as possibilidades que ele trouxe à perenidade das diversas culturas até aos dias de hoje.

Referências bibliográficas

- BÁEZ, Fernando, *Los primeros libros de la humanidad: el mundo antes de la imprenta y el libro electrónico*. Madrid, Fórcola, 2013.
- BORGES, José Luis, “O livro”, in *Borges, Oral & Sete Noites*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011, pp. 11-21.
- BRIOSO SÁNCHEZ, Máximo, “Sócrates lector?”, in M^a Pilar FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, et alii (ed.), *Est hic varia lectio: la lectura en el mundo antiguo*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2008, pp. 13-40.
- CANFORA, Luciano, “Le monde en rouleaux”, in Christian JACOB, François DE POLIGNAC, *Alexandrie IIIe siècle av. J.-C.: tous les saviors du monde ou le rêve d’universalité des Ptolémées*. Serie Mémoires 19. Paris, Editions Autrement, 1992.

- CARRUTHERS, Mary, *The Book of memory: a study of memory in medieval culture*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- CASSON, Lionel, *Libraries in the Ancient World*. New Haven; Londres, Yale University Press, 2001.
- DE HOZ, Javier, “La escritura en Grecia arcaica y clásica: funciones y modelos”, in J. BARTOLOMÉ, María C. GONZÁLEZ, M. QUIJADA (eds.), *La escritura y el libro en la antigüedad*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2004.
- DILKE, O. A., *Roman books and their impact*. Leeds, The Elmet Press, 1977.
- DIRINGER, David, *The book before printing: ancient, medieval and oriental*. Nova Iorque, Dover Publications, 1982.
- DUPONT, Florence, “The corrupted boy and the crowned poet; or, the material reality and the symbolic status of the literary book at Rome”, in William A. JOHNSON, Holt N. PARKER (ed.), *Ancient literacies: the culture of reading in Greece and Rome*. Oxford, Oxford University Press, 2009, pp. 143-163.
- EL-ABBADI, Mostafa; FATHALLAH, Omnia Mounir (eds.), *What Happened to the ancient Library of Alexandria?*. Leiden; Boston, Brill, 2008.
- ELIOT, Simon; ROSE, Jonathan, *A companion to the history of the book*. Oxford, Blackwell Publishing, 2007.
- ÉSQUILO, *Prometeu Agrilhoado*. Tradução do grego de Ana Paula Quintela Sottomayor. Lisboa, Edições 70, 1992.
- HAVELOCK, E. A., *The literate revolution in Greece and its cultural consequences*. Princeton, Princeton University Press, 1982.
- HORÁCIO, *Arte Poética*. Tradução do latim de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa, Editorial Inquérito, 1984.
- JOHNSON, William A., “The Ancient Book”, in R. S. BAGNALL, *The Oxford Handbook of Papyrology*. Oxford, Oxford University Press, 2009, pp. 256-281.
- JOHNSON, William A.; PARKER, Holt N., *Ancient literacies: the culture of reading in Greece and Rome*. Oxford, Oxford University Press, 2009.
- KENNEY, E. J., *The Cambridge History of Classical Literature*. Vol. 2. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- KENYON, Frederic G., *Books and readers in Ancient Greece and Rome*. Oxford, Clarendon Press, 1951.
- MACLEOD, Roy, *The Library of Alexandria, center of learning in the ancient world*. Nova Iorque, I. B. Tauris, 2004.
- MARCIAL, *Epigramas*. Vol. I [Introdução e notas de Cristina de Sousa Pimentel, tradução do latim de Delfim Ferreira Leão, José Luís Brandão e Paulo Sérgio Ferreira]. Lisboa, Edições 70, 2000.
- MESTRE, Francesca, “Uso y abuso de los libros en un mundo libresco: algunos ejemplos griegos de la época imperial”: *Faventia* 30/1-2 (2008), pp. 297-313.
- MORGAN, T. J., “Literate education in classical Athens”: *CQ* 49,1 (1999), pp. 46-61.
- ONG, Walter J., *Oralidad y escritura: tecnologías de la palabra*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1996.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Hélade: antologia da cultura grega*. Lisboa, Guimarães Editores, 2009.

- PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Romana: antologia da cultura latina*. Lisboa, Babel, 2010.
- PFEIFFER, R., *History of classical scholarship: from the beginnings to the end of the Hellenistic Age*. Oxford, Clarendon Press, 1968.
- PINNER, H. L., *The world of books in classical antiquity*. Leiden, A. W. Sijthoff, 1949.
- PLATÃO, *Fedro ou da beleza*. Tradução e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa, Guimarães Editores, 2000.
- PORDOMINGO, Francisca, “Los libros más pequeños de la antigüedad: el testimonio de los papiros”, in J. BARTOLOMÉ, María C. GONZÁLEZ, M. QUIJADA (eds.), *La escritura y el libro en la antigüedad*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2004, pp. 311-336.
- PÒRTULAS, Jaume, “La carta de Aristeas a Filócrates”: *Revista de Historia de la Traducción* 1,1 (2007). Disponível em linha: <http://www.traduccionliteraria.org/1611/esc/biblia/aristeas.htm#>.
- RICHARDSON, Ernest Cushing, *The beginnings of libraries*. Princeton, Princeton University Press, 1914.
- ROBSON, Eleanor, “The clay tablet book in Sumer, Assyria, and Babylonia”, in Simon ELIOT, Jonathan ROSE, *A companion to the history of the book*. Oxford, Blackwell Publishing, 2007.
- SÍCULO, Diodoro, *The Library of History*. Harvard, Harvard University Press, 1933.
- SIGNES CODOÑER, J., “El paso de la oralidad a la escritura en la Grecia arcaica y clásica”, in *Antiquae lectiones. El legado clásico desde la Antigüedad hasta la Revolución Francesa*. Madrid, Cátedra, 2005, pp. 37-43.
- THOMPSON, James Westfall, *Ancient libraries*. Londres, Archon Books, [1962].
- TURNER, E. G., *Athenian books in the fifth and fourth centuries B.C*. London, University College, 1952.
- VALENTINE, Patrick M., *A social history of books and libraries from cuneiform to bytes*. Plymouth, The Scarecrow Press, 2012.
- WHITE, Peter, “Bookshop in the literary culture of Rome”, in William A. JOHNSON, Holt N. PARKER (eds.), *Ancient literacies: the culture of reading in Greece and Rome*. Oxford, Oxford University Press, 2009.
- WINSBURY, Rex, *The Roman book: books, publishing and performance in Classical Rome*. Londres, Duckworth, 2009.
- YUN LEE TOO, *The idea of the library in the ancient world*. Oxford, Oxford University Press, 2010.